

A imagem do inimigo escocês na *Chronicle of Lanercost* e *Scalacronica*: 1296 – 1346

Fernando Pereira dos Santos (FCHS/UNESP)

Resumo: Os conflitos contra os escoceses entre 1296 e 1346 são frequentemente mencionados pelos cronistas ingleses do período. Entretanto, tais homens, com variados interesses na realização e manutenção de tais registros, depreciam o inimigo ao longo de suas narrativas, na tentativa de assim justificar seu combate. Analisaremos como dois daqueles manuscritos, escritos em momentos díspares, realizam tal depreciação.

Palavras-chave: Crônicas medievais, Escócia, narrativas.

The image of Scottish enemy in the *Chronicle of Lanercost* and *Scalacronica*: 1296 – 1346

Abstract: In this article we are dedicated to the analysis of the character Cassandra of the Aeschylus's *Agamemnon*. Through observation of terms and passages of the piece concerning the character, we demonstrate the transgressive behavior of the prophetess. Cassandra would thus be an example of well-born woman transgressive to female behavior in vogue in Athenian society of fifth century BC.

Keywords: Medieval Chronicles, Scotland, narratives.

Introdução

No presente artigo ponderamos sobre alguns aspectos trabalhados em nossa pesquisa de iniciação científica, onde estudamos a construção da imagem do inimigo escocês em duas crônicas inglesas. Uma delas é a *Chronicle of Lanercost* (LANERCOST, 1913), que foi produzida por monges entre as últimas décadas do século XIII e a primeira metade do século XIV, enquanto a outra, denominada *Scalacronica* (GRAY, 1907), foi composta pelo nobre e

cavaleiro Thomas Gray no período entre 1355 a 1359, enquanto era mantido refém pelos escoceses em Edimburgo a espera do pagamento de seu resgate (GRAY, 1907: VII-VIII). O recorte temporal estabelecido para nossa pesquisa abarca desde o início das animosidades entre ingleses e escoceses em 1291, o ano da chamada Great Cause, ou “Grande Processo” (PRESTWICH, 1980: 44), em tradução livre, até 1346, ano em que o rei David II da Escócia é derrotado em batalha e capturado pelos ingleses em Neville’s Cross. Tal recorte se justificou devido ao permanente estado belicoso desencadeado pela crise sucessória na Escócia e os subsequentes desdobramentos da ação de Eduardo I, rei da Inglaterra na política do reino vizinho. Nesse contexto de conflitos contra os escoceses são realizadas justificativas dos mesmos por parte de vários cronistas do reino, atitude essa que não é inédita e nem exclusiva daquele momento, mas sim faz parte de uma tradição que pode ser datada de vários séculos anteriores (GIVEN-WILSON, 2004: 154-155).

Uma das interrogações que permearam a pesquisa foi tentar compreender o “lugar social” daqueles cronistas, ou seja, quem são aqueles homens e quais seriam as possíveis motivações tanto de Thomas of Otterburn, provável autor da *Chronicle of Lanercost* (LITTLE, 1916: 276), bem como a de Sir Thomas Gray, compositor da *Scalacronica* para empreenderem na construção de suas narrativas? O primeiro é um clérigo que viveu no monastério de Lanercost, localizado na região fronteira com a Escócia, e teria vivenciado parte dos eventos que narra, ou seja, ele é contemporâneo aos eventos, bem como tido acesso a indivíduos que igualmente teriam vivenciado tais eventos. Já o segundo, Sir Thomas Gray, é um cavaleiro que escreve na segunda metade do século XIV, relatando os feitos de armas de nobres ingleses, inclusive seu pai, durante os conflitos contra os escoceses na primeira metade daquele século. Além disso, Gray foi o primeiro de uma série de guerreiros profissionais ingleses a escrever sobre a guerra, aliando seu conhecimento técnico a construção de uma narrativa atrativa para sua audiência (TAYLOR, 1987: 172-173). Além disso, é importante termos em mente uma outra distinção fundamental acerca da escrita da história daquelas crônicas: enquanto a *Chronicle of Lanercost* é contemporânea aos eventos, a *Scalacronica* é uma narrativa posterior dos mesmos, ou seja, uma espécie de representação sobre eventos considerados de importância pelo cronista em sua seleção e elencamento, mas também por outros que, através do testemunho oral, também fizeram sua própria seleção.

Destarte, cotejando ambas as crônicas, em especial os trechos relacionados aos combates e modos de conduta na guerra tanto dos ingleses como dos escoceses, atentamos para alguns pontos em comum que permeiam ambas as narrativas, tendo sempre em mente que seus

compositores, antes de tudo, são membros de grupos que teriam interesses imediatos na escrita e manutenção do passado (MICHELAN, 2011: 28).

1. Deus e a guerra

No corpo das crônicas empregadas durante a pesquisa, um tópico recorrente é a intercessão divina. Ao longo do medievo, é comum a associação das atividades humanas ao sobrenatural através da observação do visível para se chegar aos significados do mundo etéreo e o vasto universo simbólico do homem do medievo, que tem nos fenômenos ligados a ingerência de deus explicações plausíveis para todo tipo de evento. Nesse sentido, a passagem do paganismo ao cristianismo faz com que a “[...] a estrutura do espaço medieval sofra uma transformação radical [...], onde todas as relações são organizadas verticalmente, todos os seres se situam a um nível ou a outro de uma escala de perfeição, conforme a distância que os separa da divindade” (GUREVITCH, 1990: 90).

Logo, nas descrições das batalhas contra os escoceses os cronistas ressaltam a intervenção do deus cristão através de milagres, aparições de santos em sonhos ou mesmo em ações que somente podem ser causadas pela vontade divina. Em uma passagem relacionada a um assalto contra a costa sul do reino, perpetrado conjuntamente por franceses e escoceses, Thomas of Otterburn relata que:

“[...] na noite de todos os santos o Sagrado Senbor naufragou e destruiu os navios dos perjuros [...], embora aparentasse que iria auxiliá-los, pois desse modo poderia mostrar que sua expedição era contra Ele e seu povo (os ingleses). [...] Então, preparando-se noite adentro para cruzar o mar, enquanto evitavam serem observados por outros homens, atraíram sobre si o julgamento divino. Uma terrível tempestade surgiu das mãos do Senbor, a qual imediatamente os enlouqueceu, mandando cada um a bordo daqueles navios para o fundo do mar, fazendo com que nenhum deles sobrevivesse” (LANERCOST, 1913: 125, tradução minha).

A tentativa de justificar um conflito afirmando que Deus seria favorável a uma das partes não é uma especificidade daquele momento, mas estaria sim inserida dentro de uma longa tradição da chamada guerra justa. Um de seus teóricos mais expressivos no medievo foi São Tomas de Aquino (1225-1274), que fortemente influenciado pelas traduções, readaptações e usos dos textos de Aristóteles e Santo Agostinho, aponta três requisitos para se declarar um conflito e entendê-lo como justo: a) a autoridade do príncipe, ou seja, somente uma autoridade legalmente constituída é quem poderia declarar guerra; b) uma causa justa, que inclui a defesa do bem público e da comunidade do reino e; c) intenção justa, com o propósito do reestabelecimento da

paz quebrada por móvil do inimigo (RUSSELL, 1975: 258-260). Os três parâmetros estabelecidos por Aquino são apenas alguns daqueles elaborados para explicar e justificar a origem e a validade de conflitos ao longo do medievo, e não trataremos pormenorizadamente tal. Entretanto, é possível notar que as narrativas de ambos os crônicas, seja de forma consciente ou não, apresentam elementos em comum com essa forma de pensar difundida no período em questão.

Nesse sentido, apontamos que, de acordo com o modo como os textos foram elaborados, ambos os cronistas contestavam, ressonando com outros escritos do período, a legitimidade do pleito à coroa escocesa por parte do auto-intitulado monarca Robert Bruce (1274 – 1329), pois o mesmo não seria uma autoridade reconhecida entre a comunidade de cristãos por ter se auto proclamado rei sem o aval da nobreza do reino (YOUNG, 2010: 46), pesando ainda contra ele o fato de ter sido excomungado poucos anos depois. A causa dos escoceses também não seria justa, uma vez que havia sido feito um juramento de vassalagem do até então monarca escocês John Baliol em 1292 a Eduardo I, rei da Inglaterra e, somando-se a isso, a tentativa em influentes manuscritos tardo-medievais, como a *Historia Regum Britanniae* (1136) de Geoffrey of Monmouth (1100-1155), de se traçar uma origem feudo-vassálica do reino escocês ao inglês desde seus primórdios. Quanto a intenção justa, o motivo principal para se fazer a guerra no pensamento de Aquino era reestabelecer a paz, o que não ocorria na narrativa dos cronistas, uma vez que há passagens em que os escoceses são comparados a bárbaros, infiéis, ou a outros arquétipos medievais definidores da alteridade, pelo fato de pilharem indiscriminadamente as regiões ao norte do reino inglês durante os períodos de conflito.

Seria forçoso tentarmos estabelecer ligações mais profundas entre tal categorização tomista e as questões colocadas pelos cronistas, uma vez que esse não foi o foco de nossa pesquisa, porém é interessante notarmos as similaridades apresentadas entre ambos os textos acerca das reivindicações dos escoceses sob o comando de Robert Bruce, que não seriam legítimas e, tornando-se assim, não apenas um direito mas uma obrigação do monarca inglês combatê-los para reestabelecer a paz ao norte do reino.

2. Vocabulário Depreciativo

Tendo em vista a obrigação do monarca e da nobreza inglesa em combater os escoceses, um outro ponto, ora de aproximação, ora de distanciamento entre ambas as crônicas refere-se ao emprego de um vocabulário depreciativo ao se abordar a conduta dos inimigos na guerra. Na *Chronicle of Lanercost*, observamos que o vocabulário varia de acordo com o período descrito,

ou seja, nos períodos em que os ingleses sagram-se vitoriosos em batalha, os escoceses são descritos de maneira pejorativa, como thieves (ladrões), traitors (traidores), deceivers (enganadores), wretches (vis), sots (beberrões), cursed caitiffs (covardes malditos), além de uma diversa gama de adjetivos que estende-se ao longo da narrativa (PENMAN, 2007: 217-219). Um exemplo é a passagem na crônica de Lanercost sobre o saque daquele monastério em 1297:

Neste saque, eles [escoceses] excederam em crueldade toda a fúria dos pagãos; quando não podiam capturar os fortes e jovens que fugiam, manchavam seus braços [...] com o sangue dos mais fracos, velhas, mulheres com crianças de colo e mesmo crianças com dois ou três anos de idade do tamanho de um palmo, que eram perfuradas com lanças [...]. Três monastérios [...] foram destruídos – Lanercost, dos Cânones Regulares; e Hexam, da mesma ordem, e aquele das freiras de Lambley. A devastação não pode de modo algum ser atribuída ao valor de guerreiros, mas a conduta pusilânime de ladrões, que atacaram uma comunidade mais fraca onde provavelmente não encontrariam nenhuma resistência. (LANERCOST, 1913: 193, tradução minha).

Nessa passagem, encontram-se exemplos de tal depreciação, e o uso de termos como “ladrões” e “pagãos”, utilizados em vários momentos durante a narrativa e que trazem consigo uma carga semântica que não pode ser ignorada e que ainda não possui um grande número de trabalhos publicados sobre tal tópico. Seja como for, naquele período em particular, cronistas ingleses preocupavam-se não somente com a narrativa de eventos, mas também com a construção de uma espécie de “propaganda” de guerra pautada em aspectos políticos e religiosos. As prerrogativas para a casus belli são então apontadas no sentido de supostos direitos legais aos quais os monarcas ingleses teriam sobre as terras e a coroa escocesa em conjunto com discursos amparados na tradição cristã, associando as intervenções bélicas inglesas ao bem e a justiça, e seus inimigos escoceses a súditos que atacavam-no com o intuito de praticar más ações (ABERTH, 2000: 70) . Assim, após a vitória contra John Balliol em 1296, os escoceses, tanto o rei, quanto a nobreza e os camponeses, passam a ser descritos majoritariamente como “traidores”, e tal traição justificaria, sob o entendimento dos cronistas, a intervenção militar inglesa.

Porém, nota-se nos períodos em que os escoceses infligem uma série de derrotas aos ingleses, os cronistas passam a denominá-los como “nobres”, “bravios”, “corajosos”, etc. Um exemplo ocorre após a famosa batalha de Bannockburn em 1314, onde as tropas do rei Eduardo II da Inglaterra são derrotadas pelo então auto proclamado monarca escocês Robert Bruce, e o cronista relata que “após a supracitada vitória, Robert Bruce passou a ser comumente chamado de Rei da Escócia, pois a havia adquirido pela força das armas” (LANERCOST, 1913: 210,

tradução minha). Tal passagem torna-se ainda mais significativa ao notarmos que aquele é o primeiro momento no corpo da narrativa em que Robert Bruce é chamado de “rei” pelo cronista. Nota-se ainda que, no decorrer do manuscrito, do período compreendido após a vitória em Bannockburn, o discurso altera-se, sendo Robert Bruce então designado como “Rei dos escoceses” (LANERCOST, 1913: 212; 213; 217, tradução minha), assim como seus aderentes, descritos como “cavaleiros valentes e aventureiros” (LANERCOST, 1913: 212, tradução minha).

Na Scalacronica, escrita posteriormente aos eventos, a dinâmica do texto não se direciona primordialmente no sentido da depreciação dos adversários, embora isso ocorra em certos momentos. Sua meta principal, pelo que observamos, é voltar-se para a descrição e registro dos feitos de armas da nobreza da Inglaterra, mais notadamente do pai do cronista, como no seguinte excerto:

Thomas Gray era guardião do castelo de Cupar and Fife, e viajava da Inglaterra, vindo da coroação do rei, em direção ao dito castelo, quando Walter de Bickerton, um cavaleiro escocês, partidário de Robert Bruce, [...] armou uma emboscada com mais de quatrocentos homens no caminho pelo qual Thomas pretendia passar [...]. Ele (Thomas) não tinha mais do que vinte e seis man-at-arms em sua companhia, e concluiu que não teria como evitar o confronto [...]. O supracitado Thomas [...] esporeou seu cavalo, e atacou o inimigo bem no centro de sua coluna, derrubando muitos ao chão graças ao impacto de seu cavalo e de sua lança [...]. Quando os inimigos se levantaram, viram os cavaleiros avançando ordenadamente e começaram a fugir [...], deixando seus cavalos para trás. (GRAY, 1907: 48-49, tradução minha)

Assim, enquanto o cronista de Lanercost busca depreciar o inimigo como uma forma de deslegitimar quaisquer que sejam seus pleitos e justificar a guerra contra os escoceses, Thomas Gray entende as derrotas e a demora para o término do conflito contra os escoceses como um elemento decorrente da ineficácia de Eduardo II, o monarca governante naquele momento. Sob nossa perspectiva, interessa-lhe muito mais entender as razões pelas quais a Inglaterra enfrenta mazelas durante o governo de Eduardo II, sendo a guerra uma delas, do que propriamente justificar ou não o conflito contra os escoceses. Tal ponto de vista do cronista poderia ser um reflexo das narrativas que teria ouvido de seu pai, que era condestável do castelo de Norham, na fronteira com a Escócia, e teria vivenciado a questão do não envio de tropas de Eduardo II para combater os escoceses naquela região, uma vez que o rei inglês teve que lidar com um forte conflito interno liderado por alguns membros de sua nobreza (PRESTWICH, 2005: 198-205).

Ainda sobre a depreciação do inimigo, pensamos nos contornos delineados pelos cronistas sobre a figura de Robert Bruce. Após um conturbado período de guerras entre a nobreza escocesa e Eduardo I, onde Robert Bruce intercambia de lado algumas vezes, em 1306 o mesmo se auto proclama rei dos escoceses com o apoio de uma minoria dentro do reino, passando então a ser perseguido tanto por Eduardo I quanto pelos nobres escoceses contrários à sua decisão. Seguindo a linha do clássico de G.W.S Barrow, *Robert Bruce and the community of the realm of Scotland* (BARROW, 1965) pensamos na figura do nobre escocês não de forma teleológica e romântica como sua figura foi construída por parte da historiografia inglesa e escocesa nos dois últimos séculos, mas sim destacar o lugar que aquele nobre ocupava dentro do jogo de poderes do reino, para em um segundo momento pensar quais as justificativas de ambos os cronistas para a depreciação de sua figura. Robert Bruce teria então, segundo tal perspectiva dos cronistas, agido duplamente fora da lei, pois autodeclara-se rei dos escoceses e rompe com seu contrato feudo-vassálico com Eduardo I. Na *Chronicle of Lanercost*, é bem possível que o tom mais depreciativo sobre o nobre escocês nesse período ocorra pelo fato do monastério onde o manuscrito teria sido composto localizar-se na região fronteira entre ambos os reinos, e o cronista em questão teria testemunhado e sido vítima dos ataques escoceses.

Na *Scalacronica*, Robert Bruce, por sua vez, raramente recebe adjetivos depreciativos, sendo inclusive referido como “rei da Escócia” (GRAY, 1913: 76, tradução minha). Porém, para uma narrativa que permeia o ideal cavaleiresco de busca da honra através das armas, é digno de nota que o cronista não relata os feitos de armas de Robert Bruce, mas encara-os dentro do conjunto de conflitos que marcaram aquele período da história de ambos os reinos. Assim, a *Scalacronica*, antes de realizar um discurso depreciador como faz a *Chronicle of Lanercost*, aparenta, por um lado, valorar a nobreza inglesa frente às animosidades da guerra, e por outro, tomando Robert Bruce como um adversário a ser derrotado por seus ataques ao território inglês.

Em suma, as descrições feitas de Robert Bruce em ambas as crônicas ganham nuances díspares e até opostas, dadas as expectativas daqueles cronistas em relação à sua figura e dados seus interesses mais imediatos. Ambas as perspectivas teriam como principal meta justificar e apoiar o conflito da monarquia inglesa contra aquele inimigo, porém, divergem nas razões para fazê-lo, se compreendidas a partir do local temporal e geográfico onde foram produzidas. Se, por um lado, a *Chronicle of Lanercost*, escrita durante os conflitos, tem variações de discursos de acordo com a sorte dos exércitos ingleses no combate àquele inimigo, a *Scalacronica*, composta décadas depois dos eventos, preocupa-se em marcar os feitos de armas da nobreza, sendo Robert Bruce e os escoceses não um inimigo em especial, mas o “inimigo da vez” a ser combatido,

assim como outrora foram os vikings, os galeses, os irlandeses e os normandos. Assim, dentro das tradições da escrita histórica em vigência, a descrição da derrota do inimigo escocês fica em segundo plano, se comparada à importância da perpetuação do ethos cavaleiresco como modelo de conduta a ser imitado e perpetuado para as gerações posteriores.

Conclusão

Ao analisarmos, ainda que sucintamente, alguns dos pontos presentes naqueles escritos – com o apoio da historiografia sobre o assunto –, pudemos observar que a escrita da história no período abordado pautava-se na rememoração de feitos dos antepassados nobres, bem como na preocupação com a transmissão, para as gerações futuras, do que teria se passado com as gerações anteriores. Sendo parte importante do jogo de interesses, aqueles cronistas, mais do que meros compiladores, eram homens com competência técnica e inseridos em um lugar social, com interesses interligados aos membros da mesma camada a que pertenciam. Visando justificar ações dos seus pares, era uma história cujos fins baseava-se na intencionalidade de agradar ao leitor ao mesmo tempo em que ilustrava suas relações com o mundo através da divindade e, em muitas ocasiões, permitia-se sacrificar a “veracidade” dos feitos e fatos (ORCÁSTEGUI; SARASA, 1991: 49).

Dentro deste contexto, em ambas as crônicas a construção da imagem de um inimigo escocês foi então amparada ao mesmo tempo em tradições cristãs e locais. Ao longo dos textos, são feitas sucintas, porém importantes referências a monarquia inglesa como descendentes diretos do rei Arthur, criador de um reino que tinha como vassalos os escoceses. A força de tal tradição é espalhada em outros documentos do período, como na carta enviada por Eduardo I ao papa Bonifácio VIII, onde entende ser o monarca por direito sobre a Escócia, pois “[...] os reis da Inglaterra, [...] possuíram, desde os tempos remotos, a suzerania do reino da Escócia e de seus reis em todas as questões temporais [...]”, e segue apontando os escoceses, embora aparentemente fossem ensejados pela paz em seus apelos para o papa, eles eram “[...] inimigos da paz e filhos da rebelião, cujas mentiras elaboradas e vazias devem ser tratadas com desprezo [...]” (STONES, 1970: 193 -195).

O conflito, portanto, não se dava apenas no campo bélico, mas também no simbólico e imagético, onde texto com uma circulação entre membros da própria nobreza construía a imagem depreciativa de um inimigo que, pelas razões supracitadas, deveria ser combatido não apenas por aqueles que vinculados nas terras mais ao norte, mas pela chamada *communitas regni* (comunidade do reino), ou seja, por todos aqueles que partilhavam de valores e responsabilidades

não somente para com os laços de vassalagem de suas regiões de origem, mas acima de tudo com o monarca e seu dever primordial de defesa de toda a Inglaterra (BARROW, 1965: XX).

Seja como for, ambas as crônicas, escritas sob a perspectiva de membros da nobreza inglesa, inserem-se dentro do contexto da disputa dos reis plantagenetas pelo trono escocês. O inimigo, aqui, não se encaixa mais no padrão de alteridade que marcou longos séculos da Idade Média, ou seja, não se combate mais um inimigo da fé ou mesmo homens de regiões distantes e exóticas, mas sim grupos que partilham da mesma religião e por vezes de mesmo hábitos, língua e costumes. Nesse momento, a guerra se dá dentro do próprio ocidente medieval, e são necessárias a criação de ferramentas para a deslegitimação de grupos para justificar o emprego da violência contra os mesmos (BARRAZ, 2003: 123-125).

Desse modo, as crônicas em questão podem ser pensadas como instrumentos para justificar tal reivindicação, ou seja, a escrita de história e o uso do passado sob perspectivas presentes torna-se um poderoso meio para angariar o apoio a uma ou outra parte daquela contenda, bem como para advertir sobre outras contendas que pudessem vir a ocorrer em momentos posteriores.

Referências bibliográficas

ABERTH, J. (2000), *From the brink of the apocalypse: confronting famine, war, plague, and death in the later middle ages*. London; New York: Routledge.

BARRAZ, D. (2003), *Medieval cruelty: changing perceptions, late antiquity to the early modern period*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.

BARROW, G.W.S. (1965), *Robert Bruce and the community of the realm of Scotland*. Berkeley: University of California Press.

GRAY, T. (1907), *Scalacronica: the reigns of Edward I, Edward II and Edward III as recorded by Sir Thomas Grey*. Translated by Sir Herbert Maxwell. Glasgow: James Maclehose and Sons.

GIVEN-WILSON, C. (2004), *Chronicles: The writing of history in late medieval England*. London: Hambledon and London.

GUREVITCH, A. I. (1990), *As categorias da cultura medieval*. Tradução de João Gouveia Monteiro. Lisboa: Caminho, 1990.

KING, A.; PENMAN, M. (Ed.) (2007), *England and Scotland in fourteenth century: New Perspectives*. Woodbridge: Boydell, 2007.

LITTLE, A. G. (1916), The authorship of the Lanercost chronicle. In: POOLE, R. L. (Ed.). *The English Historical Review*, Harlow, v. 31, p. 269-279.

MICHELAN, K. B. (2011), *Um rei em três versões: a construção da história de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses*. São Paulo: Ed. UNESP.

ORCÁSTEGUI, C.; SARASA, E. (1991), *La historia em la edad media: historiografía e historiadores em Europa occidental: siglos V – XIII*. Madrid: Catedra.

PRESTWICH, M. (2005), *Plantagenet England: 1225 – 1360*. New York: Oxford University Press, 2005.

PRESTWICH, M. (1980), *The three Edwards: war and state in England, 1272-1377*. Oxford: George Weidenfeld and Nicolson.

RUSSELL, F. H. (1975) *The just war in the middle ages*. London; New York; Melbourne: Cambridge University Press.

STONES, E. L. G. (Ed.) (1970), *Anglo-Scottish relations 1174 – 1328: some selected documents*. Oxford: Clarendon Press.

TAYLOR, J. (1987), *English historical literature in the fourteenth century*. Oxford: Clarendon Press.

THE CHRONICLE of Lanercost: 1272-1346 (1913), Translated by Sir Herbert Maxwell. Glasgow: James Maclehose and Sons.

YOUNG, A. (2010), *In the footsteps of Robert Bruce: in Scotland, Northern England and Ireland*. Stroud: The History Press.